

Política não é guerra

Aconteceu comigo, nesta semana, um fato que me ajuda a entender melhor a atual situação política.

Por achá-la interessante, mandei para um amigo, uma pessoa instruída, cópia da entrevista dada, a jornal, por uma personalidade que faz parte do cenário político. Meu amigo respondeu, pela internet, com observações sobre aquela personalidade (alguém de quem não gosta porque, entre outras coisas, apoiou a ditadura militar). Sobre a entrevista em si mesmo não veio nenhuma palavra, fazendo-me supor que meu amigo, por desqualificar previamente o entrevistado, sequer a leu.

Pensemos um pouquinho sobre esse fato: nós nos temos recusado, com frequência, a ouvir o que dizem aqueles que estão, a nosso ver, do lado de lá. Os que estão do lado de lá são designados, com frequência, como os que são do mal, e os que estão do lado de cá são designados, com frequência, como os que são do bem. Deixar de ouvir o que diz alguém, afastá-lo do nosso universo perceptivo, corresponde a eliminá-lo psicologicamente.

Ora, essa é a diferença fundamental entre a política e a guerra, que tenho assinalado em livros e artigos: a regra básica, na política, é a busca de consensos entre aqueles que pensam diferente. Os que são diferentes agrupam-se em grêmios, entidades e partidos diferentes, com diferentes propostas para a organização da sociedade.

A regra básica, na guerra, é eliminar os que, em razão de alguma diferença, são nossos inimigos e nos querem destruir.

Na política, alguns pertencem à “situação” e outros pertencem à “oposição”. Se o regime é democrático há regras prevendo a alternância no exercício do poder. A oposição, nesse caso, não pode ser considerada como um exército inimigo, a ser eliminado, mas como a portadora de uma proposta diferente de governo.

Intelectuais de esquerda acusam o regime em que vivemos por ser o regime que defende os interesses de uma classe – a burguesia – contra os interesses da classe trabalhadora. Marx acusava os governos burgueses como comitês a serviço do capitalismo.

Independentemente disso, partidos que se consideram de esquerda, e que disputam o poder na democracia representativa, submetem-se às regras desse jogo. E, desde que assim escolheram agir, passam a olhar os demais partidos como adversários, e não como inimigos que devem ser eliminados. Se não procedessem assim sequer ouviriam o que dizem ou escrevem seus adversários, que não mereceriam seu respeito. E poderiam ser considerados, com razão, sectários ou fundamentalistas.

Felizmente há muitos que, recém chegados à política, sabem que, para fazê-la, é bom conhecer história, sociologia e ciência política. Que consideram o conhecimento como requisito da participação. O conhecimento nos faz mais tolerantes com os que pensam diferente de nós. O sentimento familiar, a seu turno, nos impede de considerar, como sendo do mal, os parentes e amigos que pensam diferente de nós.

Essas são regras salutares para o convívio social, para a política e para o futuro do Brasil. E são, sobretudo, regras salutares para a formação dos nossos filhos, a quem não podemos entregar uma nação dividida pelo sectarismo.